

EXTERMÍNIO DE JOVENS NEGROS –A DEMOCRACIA NÃO CHEGOU NA PERIFERIA

Dennis de Oliveira¹

Apresento três aspectos importantes para discutir a violência contra jovens negros e negras na periferia, que é classificado pelo movimento negro como genocídio da juventude negra.

O primeiro é pensar este genocídio enquanto projeto político e de onde vem esse projeto político mais recente. O genocídio da população negra foi denunciado pelo Movimento Negro nos anos 1990, quando estava se organizando o primeiro Encontro Nacional de Entidades Negras realizado em São Paulo e, naquela ocasião, tivemos acesso a um documento da Escola Superior de Guerra de 1988 cujo título é *Estrutura Social para o Brasil Moderno e Democrático no Século 21*. A Escola Superior de Guerra, que todos vocês conhecem, é um centro de pensamento ultraconservador que foi um dos formuladores da doutrina de Segurança Nacional na época da ditadura militar. Esse documento foi elaborado para servir como intervenção política nas eleições de 1989, e nele se fazia uma série de reflexões sobre o futuro do Brasil em relação à questão ambiental, à questão política interna e à geopolítica. Um dos capítulos desse documento é sobre o problema social. Esse capítulo é muito interessante porque parte do pressuposto que a tendência do Brasil era aderir as novas perspectivas de ordenamento global do capitalismo que já estavam se consolidando naquele período e isso traria como consequência uma intensificação da exclusão social.

A preocupação expressa no documento é que essa exclusão radicalizada ou amplificada seria um risco para manutenção da estabilidade do sistema social. Foram apontados dois focos que deviam ser objetos de preocupação: o primeiro são as áreas de intensa miséria, sendo dados como exemplos as favelas e os morros do Rio de Janeiro; e o segundo, o que eles chamam de menores abandonados. Coincidentemente que foi bem naquela época que estava havendo o movimento para aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, fazia-se a denúncia do crime de crianças nas periferias. E o

¹ Professor da Universidade de São Paulo, doutor em Ciências da Comunicação. Autor dos livros “Mídia, cultura e violência” (Ed. Celacc) e “Globalização e racismo no Brasil” (Ed. Unegro). Coordenador da comissão política do Coletivo Quilombação. Membro do NEINB-USP (Núcleo de Apoio à Pesquisa e Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro). E-mail: dennisol@usp.br

documento afirma o seguinte: se não houvesse uma ação de contenção *a priori*, preventiva, haveria o risco do contingente de miseráveis e de menores abandonados ser superior, em um curto espaço de tempo, ao efetivo das forças de segurança. Por essa razão, então, o documento propunha uma ação preventiva de contenção numérica desse setor de miséria. Contenção numérica apontada não é no sentido de ter aplicação de políticas sociais e sim, de extermínio mesmo. E são apontadas duas ações: uma chamada ação de baixo impacto, que era na verdade, o estímulo às forças de segurança a terem uma ação mais violenta nas periferias, aproveitando, inclusive, uma mão de obra "qualificada" que vinha do regime militar, a manutenção do ato repressivo. Uma segunda ação, denominada *ação de alto impacto*, no caso das polícias militares não serem suficientes para conter o crescimento da população. Citando textualmente: "*Executivo, Legislativo e Judiciário poderão pedir o concurso das Forças Armadas para neutralizar esta orla de bandidos, matá-los e destruí-los*". Essa é a frase final desse capítulo da Escola Superior de Guerra, em que era proposto o extermínio como uma política de contenção dessa população miserável, como forma de garantir a estabilidade do sistema.

O segundo aspecto que eu queria abordar na questão do genocídio é pensar a violência como prática política central no Estado brasileiro. Anibal Quijano, pensador peruano, afirma que a violência na América Latina não é episódica e sim, central na prática política, principalmente, levando-se em consideração que o capitalismo na América Latina se constitui num projeto de altíssima concentração de renda. Um sistema de concentração de renda só se mantém se houver instituições, estruturas na qual a violência é a prática central da política. Podemos observar que é uma tradição na América Latina tratar os movimentos sociais, tratar as demandas sociais como caso de polícia. Os espaços, os lugares de negociação, os lugares de intermediação são limitados. Há uma intolerância com a divergência política e com a divergência social. No Brasil, vamos passando pelo período mais longo de democracia institucional, passamos agora para a sétima eleição presidencial consecutiva, o que é inédito no Brasil, pois sempre houve golpes que interromperam a ordem institucional. E, apesar disso, mesmo com 30 anos de democracia, observamos que existem, ainda, práticas típicas de ditadura militar e de

regimes autoritários que ocorrem nas periferias: execuções extrajudiciais, invasões de domicílio sem mandado de segurança, e a justiça, inclusive, criando alguns tipos de instrumentos que são verdadeiras aberrações, como mandados coletivos de intervenção. Podemos pensar como, num regime democrático, esse tipo de atitude existe, e concluir que a violência não é episódica, mas faz parte do próprio DNA do Estado brasileiro.

Outro autor, também pouco conhecido, mas central para entendermos as relações raciais no Brasil é Clóvis Moura, falecido já há 11 anos, cujo livro chamado *Dialética Radical do Brasil Negro* é fundamental para compreender as relações raciais no Brasil. Segundo Moura, a transição da sociedade escravocrata brasileira para a sociedade capitalista assalariada se deu sem rupturas. Nesse período do final do século 19 e início do século 20, vai se constituindo uma base capitalista brasileira dependente, mantendo intactas as estruturas da sociedade anterior. As narrativas que vão fundamentar a ideia de república no Brasil não tem nada a ver, por exemplo, com os ideais iluministas do século 18 na França. É muito interessante observar que a questão racial vai permear a classificação de cidadania, e isso é muito explícito nos textos dos pensadores brasileiros do século 19. Por exemplo, no final do século 19 e no século 20, algumas escolas públicas proibiam a entrada de crianças com doenças infectocontagiosas e de crianças negras. A política de branqueamento da população brasileira foi uma política de Estado, como medida estratégica do desenvolvimento brasileiro, já que a ideia que se colocava naquele momento era a de que o Brasil era um país subdesenvolvido porque a composição étnica era “inferior”. Isso mostra como o racismo está no DNA da construção da república brasileira. No final do século 19 e no século 20, alguns expoentes abolicionistas negros eram monarquistas e houve muita crítica a isso. Mas, por que aconteceu, então? Quando a república se constituiu, pouco mudou a vida das pessoas. Da mesma forma, hoje falamos da importância da democracia institucional, mas, na periferia, pouco se viu de uma mudança significativa, quando se observa que práticas autoritárias, com a polícia invadindo as casas, matando impunemente continuam existindo. Muitas vezes, as mudanças institucionais não significam mudanças qualitativas na periferia. Por isto dizemos que a democracia ainda não chegou na periferia, 30 anos depois.

O terceiro aspecto que eu queria trazer para discutir o genocídio é a ideologia da higienização, que vem também dessa concepção do Estado brasileiro que está presente nas forças policiais brasileiras. O professor José Fernando Siqueira da Silva, na obra *Justiceiros e violência urbana*, fez uma pesquisa sobre o que pensam justiceiros e policiais presentes na morte de jovens em São Paulo. É muito interessante observar como é que estas pessoas se imbuem de uma legitimidade de executar um papel de "limpeza". Eles falam: "Tem que limpar esses bandidos, tem que limpar a periferia, só os homens de bem", "Somos daqueles que tem uma teoria de defesa da vida, mas da vida do cidadão honesto feita a semelhança de Deus e não de presos mancomunados com belzebu", ou ainda, "as nossas leis não se adaptam a uma dimensão pragmática racional e lógica e ficamos nos a enxugar a gelo, sem resultado nenhum e o crime fica a dominar a sociedade". Esta última fala é muito interessante porque mostra que um comandante da força policial considera que o Estado de direito (expresso no seu conjunto de leis) é insuficiente e, portanto, em nome de uma ação em prol da segurança dos "homens de bem", se justifica ações praticadas ao arrepio da lei. Esse tipo de fala é muito presente no discurso destas pessoas, demonstrando que as práticas de violência institucional, das forças policiais, estão carregadas de uma ideologia de limpeza étnica, limpeza social, higienização. Para concluir, trago alguns aspectos para a reflexão. Nós estamos vendo que a violência, o genocídio tem uma base material, ele atende a expectativa de uma sociedade de classes, de uma sociedade de concentração de renda. Claro que não é com apenas com leis que vamos resolver isso, mas é papel nosso, enquanto atores sociais, enquanto profissionais, quebrar as ideologias que sustentam tais práticas. É desnaturalizar essas práticas, quebrar isso. O nosso papel enquanto intelectuais é exatamente isso, denunciar e quebrar, mostrar que isso não é natural, isso é socialmente criado. As práticas sociais, as práticas subjetivas, são construídas socialmente a partir de uma concepção da sociedade.

E a segunda coisa que eu quero trazer para reflexão é pensar as consequências do genocídio. Nós tínhamos feito, há cerca de 10 anos, um estudo muito interessante sobre a "feminização da pobreza, constatando que

boa parte dessa "feminização" da pobreza está vinculada a mulheres que chefiavam sozinhas as famílias, por abandono ou morte dos maridos. E, por conta dessa situação, essas mulheres entravam precariamente no mercado de trabalho criando uma situação de vulnerabilidade social muito intensa que obrigava seus filhos a ingressar precocemente no mercado de trabalho também. Podemos observar, por exemplo, em dados educacionais, o altíssimo índice de evasão do ensino médio, em geral na faixa dos 16 anos, que, não por coincidência, é o perfil dos jovens que estão morrendo: jovens negros, ensino médio incompleto ou fundamental, sub-empregados, filhos de famílias chefiadas por mulheres. É uma questão interessante abordar essa relação de gênero. As mães desses meninos que estão sendo assassinados, em que situação estão ficando? Como elas são tratadas nos IMLs da vida, na hora de reconhecer o corpo, por exemplo, ou ainda quando estes jovens "desaparecem", sem qualquer notícia? Isso é produto de um processo de exclusão social que passa por relações de gênero. A maior parte dos que estão morrendo são meninos, homens, negros. Volta a se construir uma situação de vulnerabilidade mais intensa, inclusive emocional, para as mulheres que estão envolvidas, que estão próximas a esses meninos.